




A atividade mineradora em Corumbá/Mato Grosso do Sul: da gênese ao desenvolvimento nacional

The mining activity in Corumbá/Mato Grosso do Sul: from genesis to nacional development

1 Cláudia Heloiza Conte  <https://orcid.org/0000-0002-7537-0749>

1 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

Autor de correspondência: claudia.conte@uems.br

RESUMO

O intenso crescimento na produção mineral no Brasil a partir da década de 2000, fez com que a dinâmica econômica e social dos municípios produtores fosse amplamente alterada. Diante disso e considerando o importante papel da mineração para a economia de Corumbá/MS, este trabalho tem por objetivo compreender a atividade mineradora e seus desdobramentos no município. Para tanto, será abordada a gênese de Corumbá e de sua atividade industrial, os principais processos no decorrer do desenvolvimento da atividade, articulado ao desenvolvimento industrial no âmbito nacional, para analisar, posteriormente, o crescimento e as dificuldades da mineração nesta área. Verificou-se que a mineração constitui-se na principal atividade industrial de Corumbá, com importante relação na criação de postos de trabalho, na mobilização e utilização da infraestrutura de transporte e logística. No entanto, existe uma série de obstáculos a serem considerados e superados, a exemplo da infraestrutura fluvial e das possibilidades de produção de ferro gusa.

Palavras-chave: Mineração, Corumbá, Indústria, Desenvolvimento.

ABSTRACT

The intense growth in mineral production in Brazil since 2000s, has changed the economic and social dynamics of municipalities producing. Considering the important role of mining for the Corumbá/MS economy, this work aims to understand the mining activity and its consequences in it. For this purpose, the genesis of Corumbá and its industrial activity, the main processes in the course of city's development, will be addressed, linked to the national industrial development, to analyze, later, the growth and the obstacles of mining in this area. It was found that mining is the main industrial activity in Corumbá, with important relation with creation of jobs, in the mobilization and use of transport and logistics infrastructure. However, there are a number of barriers to be considered and overcome, such as river infrastructure and possibilities for iron production.

Keywords: Mining; Corumbá; Industry; Development.

INTRODUÇÃO

Corumbá teve, durante longo período, a função de área destinada a proteção das possessões portuguesas e posteriormente, das eventuais invasões paraguaias. Sua efetiva fundação se deu em 1778, alguns anos após a construção do Forte Coimbra.

Nas décadas de 1940 e 1950 Corumbá chegou a ser considerado o maior parque industrial do que hoje constitui o estado de Mato Grosso do Sul. Apesar do destaque econômico do município no âmbito regional, foi no início do século XX, com a construção da ferrovia que liga o município a Bauru/SP, que ocorreu um reordenamento da produção, especialmente da pecuária, com a articulação desta área com o Sudeste brasileiro.

A extração de minério de ferro e manganês, por sua vez, encontra-se concentrada em poucas áreas de exploração no Brasil, sendo o estado de Mato Grosso do Sul o terceiro em destaque¹. No estado essas áreas encontram-se especificamente nos municípios de Corumbá e Ladário, nas proximidades da fronteira com a Bolívia, e fazem parte das formações da Serra do Rabicho, Morro Grande, Serra de Santa Cruz, Morro de Tromba dos Macacos, Serra do Jacadigo e Morro do Urucum² (Lamoso, 2011).

O minério de ferro e o manganês do maciço de Urucum foram descobertos no final do século XIX e sua exploração ocorreu esporadicamente em momentos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. No entanto, foi apenas a partir da década de 1990, com a chegada da Vale do Rio Doce que de fato a atividade ganha mercado e destaque.

Apesar disso, foi na década de 2000, com o panorama favorável da economia mundial, que a produção brasileira de minério de ferro cresceu consideravelmente. Nessa perspectiva se deu o crescimento do setor em Corumbá, com crescimento de atividades relacionadas a extração e transporte, e a conseqüente criação de postos de trabalho. Diante desta dinâmica tão importante para a economia de Corumbá, este trabalho discutirá a mineração no município até 2015. Para tanto, o mesmo está dividido em quatro partes. Inicialmente será abordada a gênese e o desenvolvimento

¹ O estado de Mato Grosso do Sul encontra-se atrás do Pará e de Minas Gerais. No segundo estão as maiores empresas de mineração, com cerca de 20 municípios produtores (representam 72% do volume total de minério de ferro exportado) (Brito, 2011).

² Todas essas serras e morros compõem o Maciço do Urucum.

industrial de Corumbá, passando para uma breve abordagem sobre o processo de industrialização no Brasil, e posteriormente será discutida a mineração e toda a sua dinâmica econômica e social no município.

CORUMBÁ: da gênese à industrialização

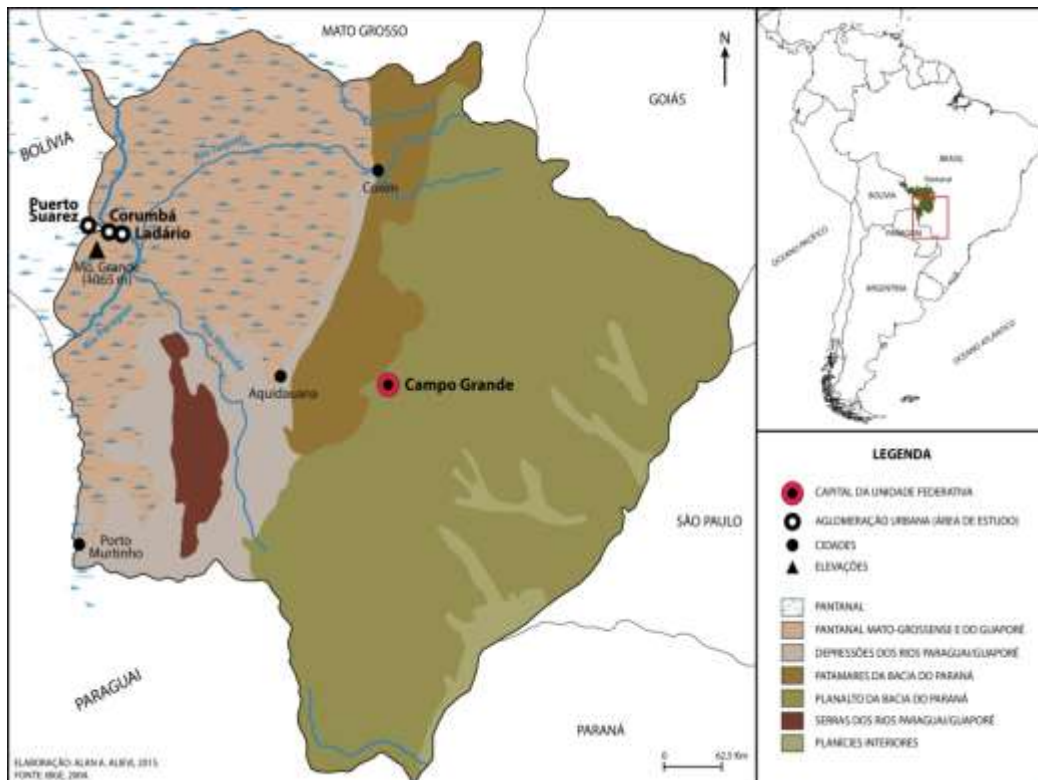
A área onde atualmente encontra-se Corumbá foi marcada pela chegada dos padres jesuítas no início do século XVII. Os missionários trouxeram o gado vacum, cavalar, muar e ovino ao território matogrossense. Para Brazil (2009), o objetivo era promover a fixação dos indígenas, para posteriormente, através da criação dos rebanhos, acumular riqueza. No entanto, as incursões bandeirantes ao explorar o interior da América do Sul, encontraram as reduções e suas criações, destruindo-as e dominando-as. Muitos animais ficaram nas antigas povoações, e sem cuidados, os mesmos se espalharam pela região, retornando ao estado selvagem. Mesmo nessas condições, o número de gado multiplicou-se, constituindo a gênese da pecuária sul-matogrossense (Brazil, 2009).

Os rebanhos selvagens constituídos após a destruição da redução de Itatim (abrangia a atual área de Corumbá) tinham pouca importância. Entretanto, em 1682, alguns anos antes da descoberta de ouro em Cuiabá, uma das mais importantes bandeiras organizadas em Sorocaba/SP, deslocou-se para o sul do Mato Grosso. Surpresos com os rebanhos “sem donos”, optaram pela formação de um arraial nas Vacarias Sulinas da Província (Brazil, 2000). Somente a partir daí teria início o povoamento luso brasileiro neste território (Queiroz, 2009).

Questão fundamental quando se estuda essa área, está relacionada às condições do relevo do Pantanal (figura 1), pois foram determinantes na evolução do povoamento e conquista desta porção do Mato Grosso do Sul (Brazil, 2000). O clima é semi-úmido, sendo o período chuvoso (outubro a abril) responsável pelas inundações do rio Paraguai e afluentes. Essas inundações cobrem até dois terços da área pantaneira e ocorrem em virtude da baixa declividade do terreno, que apresenta 100 metros de altitude, em média. As superfícies pantaneiras mais elevadas abrangem a

vegetação do Cerrado e em áreas mais úmidas apresentam florestas tropicais (Cardoso et al, 1995).

Figura 1 – Aspectos das condições naturais do Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE, 2004.

Em 1761 o Tratado de Madri foi anulado e no ano seguinte foi fundado o Forte Nossa Senhora da Conceição na faixa de fronteira, representando o primeiro passo do processo político de consolidação do governo português no extremo oeste da Colônia. Logo ocorreu o surgimento de importantes núcleos populacionais como Cuiabá, Vila Maria e Albuquerque, que posteriormente tornou-se Corumbá (Brazil, 2000).

No século XIX essa região era caracterizada como uma faixa utilizada para proteger as possessões portuguesas das ameaças castelhanas e como bloqueio as eventuais invasões da República paraguaia. Fundada pelos portugueses em 1778, Corumbá exerceu importante função geopolítica, visto que já em 1775 foi construído o Forte Coimbra, com o intuito de proteção do território contra ataques inimigos.

Em 1858, o governo imperial determina a construção de um Arsenal de Guerra e do Trem Naval em Corumbá. “[...] Ao mesmo tempo determina [...] que sua área urbana

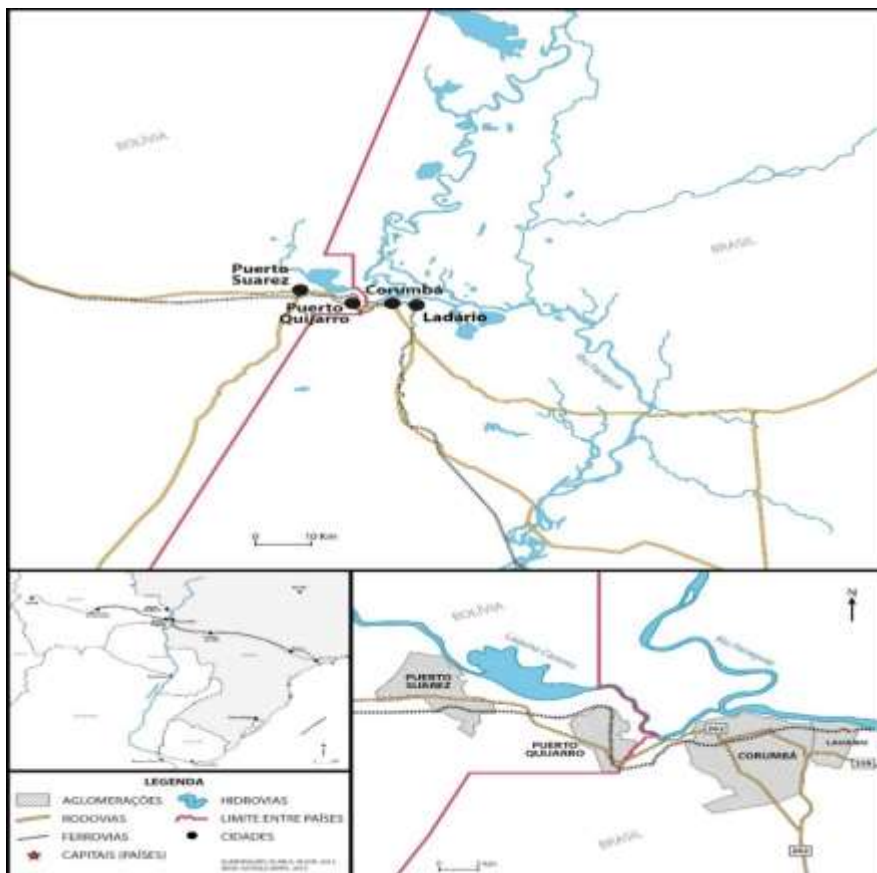
seja traçada, [...] os edifícios públicos fossem planejados e os orçamentos para sua construção enviados ao governo imperial”. A Mesa de Rendas, que funcionava em um rancho de palha, ganha um novo edifício. Os vapores de guerra da marinha são estacionados em Corumbá (Garcia, 2001, p. 43/44).

Além de dispor de um porto alfandegário e estar geograficamente bem localizado para a atividade comercial, o povoado de Corumbá beneficiava-se da existência de um considerável grupo consumidor em crescimento e com certo poder aquisitivo, representado, sobretudo, pela concentração de militares (Queiroz, 2009).

Santos Junior (2010), explica que após o término da Guerra do Paraguai ocorreu um movimento de desenvolvimento na região do Pantanal. O governo Imperial adotou uma série de medidas a fim de estimular a economia local, com destaque para os investimentos de capital para financiamento e recuperação das áreas atingidas pela guerra, o desenvolvimento da navegação fluvial no rio Paraguai e seus afluentes, o estímulo à imigração, a recuperação das Colônias Militares e a construção de estaleiro da Marinha do Brasil.

No início do século XX a construção da ferrovia que liga Bauru/SP a Corumbá, pela Noroeste do Brasil, provocou um reordenamento da produção pecuária, atraindo para as margens dos trilhos os pecuaristas especializados na engorda. Com a estrada de ferro, como pode-se visualizar na figura 2, a porção sul do Pantanal passou a articular-se com o Sudeste brasileiro através da venda de bois magros, principalmente para São Paulo.

Figura 2: Ferrovias e Rodovias



Fonte: Google Maps, 2015.

Nesta perspectiva, fatores tanto internos quanto externos causaram importantes mudanças, provocando um gradativo declínio no comércio importador e exportador a partir da década de 1920. Este declínio nas atividades portuárias do município estava relacionado com as alterações na conjuntura internacional, provenientes da Primeira Guerra Mundial, bem como da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A estrada de ferro provocou o desvio de fluxo dos transportes e comunicações da Bacia do Prata para o interior do país e com isso a abrangência desta área foi afetada.

O minério de ferro e manganês do maciço de Urucum, localizado nas imediações de Corumbá, foram descobertos no final do século XIX e sua exploração ocorreu esporadicamente nos períodos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial. Durante a Segunda Guerra Mundial a exploração mineral era feita pela empresa brasileira Sobramil

em consórcio com a Meridional, empresa de capital norte-americano. O início da industrialização na cidade de Corumbá ocorreu na década de 1940 e estava associada à implantação de siderurgia pelo Grupo Chamma.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária da empresa norte-americana *United States Steel Corporation*, associou-se a Sobramil, cujo projeto não teve sequência devido as reservas encontrarem-se em área de fronteira, ficando proibida a participação estrangeira (Lamoso, 2011). Apesar da atuação da Sobramil e de sua exploração mineral, esta atividade ganha destaque e mercado a partir da década de 1990, com a chegada da Vale.

Brito (2011) aponta que Corumbá chegou a ser considerado o maior parque industrial do Mato Grosso do Sul, atraindo investimentos de outras regiões do país, a exemplo da fábrica de cimento do Grupo Itaú de Minas Gerais, em 1950. Além disso, em 1953 ocorreu a criação do Moinho Mato-grossense, em 1959 a tecelagem Mato-grossense, a fiação Mato-grossense e o curtume Mato-grossense. Estas indústrias utilizaram concomitantemente os transportes hidroviário e ferroviário.

O censo de 1950 já apresenta 49 indústrias no município. O processo de industrialização de Corumbá tornou-se viável por uma série de fatores, como a disponibilidade de capital nas mãos de comerciantes locais e o plano de recuperação da Europa (Oliveira, 1998). Em 1960 ocorreu o enfraquecimento da dinâmica econômica de Corumbá, motivado, sobretudo, pelo crescimento e modernização da indústria no centro dinâmico da economia brasileira, expansão e melhorias das condições de transporte fora e dentro do estado, baixa do preço dos minérios de ferro e manganês no mercado internacional, fortalecimento e dinamismo da condição regional de Campo Grande (Oliveira, 1998). Apesar destes condicionantes, em 1960 Corumbá contava com 77 indústrias e 1.320 trabalhadores.

O parque industrial que existia em Corumbá era o mais importante no estado em relação à geração de riqueza e força de trabalho, representando 29% do produto industrial e 24% da mão de obra em 1960 (Peres, 2009).

Em 1970 o município contava com 125 indústrias e 1.315 trabalhadores, e em 1975 eram 95 unidades industriais e 991 trabalhadores, concentrados na extração de

minerais e nas áreas alimentícias, metalurgia e mecânica. Importante destacar que na década de 1970 foi realizada a construção de rodovias ligando o Mato Grosso ao Sudeste do país, através da ligação rodoviária entre Corumbá e Campo Grande (figura 2). Em Corumbá foi deflagrado o fechamento de muitas indústrias e o enfraquecimento da dinâmica econômica, elevando-se no entanto, a participação do comércio e serviços com a Bolívia.

Posteriormente, com a aplicação de medidas como a desindexação dos juros, a abertura ao mercado externo e a ampla política de importações durante o governo Collor, o Brasil passou por uma profunda recessão. Neste período várias indústrias fecharam ou saíram de Corumbá (Colantuano, 2009). As que permaneceram e que buscaram modernizar suas instalações, além de aumentar a produção, direcionaram-se ao mercado internacional.

O quadro 1, a seguir, apresenta os dados referentes a industrialização em Corumbá entre 1985 e 2015. A indústria de maior destaque no município é a indústria de mineração, e neste sentido a tabela mostra que, em 1985 existiam sete estabelecimentos e 386 vínculos, destes, uma unidade foi fechada na década de 2000, enquanto os vínculos diminuíram para 319. Contudo, na década seguinte um importante crescimento foi registrado, pois eram 11 estabelecimentos e 1.107 vínculos.

Quadro 1 – Indústrias e vínculos em Corumbá: 1985/2015

Corumbá	1985		1990		2000		2010		2015	
	Estab	Vinc	Estab	Vinc	Estab	Vinc	Estab	Vinc	Estab	Vinc
01-Extrativa Mineral	07	386	09	898	06	319	11	1107	10	1444
02-Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	07	574	06	314	06	156	05	183	04	191
03-Indústria Metalúrgica	05	271	04	274	04	90	05	201	08	378
04-Indústria Mecânica	0	0	02	45	03	09	08	85	11	175
05-Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	0	0	0	0	01	0	0	0	02	02
06-Indústria do Material de Transporte	0	0	01	01	03	20	04	21	05	14
07-Indústria da Madeira e do Mobiliário	09	18	02	04	03	12	06	25	04	26
08-Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	01	3	04	24	05	13	10	37	10	39
09-Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	02	01	01	04	03	06	01	02	03	06
10-Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria	02	03	0	0	0	0	01	01	01	05
11-Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	02	10	2	10	01	12	06	15	04	08
12-Indústria de Calçados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
13- Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	22	125	20	76	16	67	20	78	27	151

Fonte:RAIS/MTE (1985,1990,2000,2010,2016).

Em 2015, embora tenha fechado um dos estabelecimentos, o número de vínculos aumentou, passando para 1.444. Em relação a indústria de produtos minerais não metálicos, nota-se queda ao longo das contagens, pois se em 1985 eram sete estabelecimentos e 574 vínculos, em 2000 eram seis estabelecimentos e 156 vínculos e em 2015 passaram para quatro estabelecimentos e 191 vínculos.

Uma importante indústria nesta aglomeração de fronteira é a indústria de cimento. Por possuírem uma grande reserva de calcário, as cidades atraíram o grupo Votorantim³, que conta com uma unidade em Corumbá, a Cimentos Itaú e outra em Puerto Quijarro, cidade boliviana fronteira a Corumbá, a *Itacamba Cimentos*. As duas unidades abastecem seus respectivos países. A respeito da Votorantim Cimentos em Corumbá, cabe apontar que esta unidade produz 300 mil toneladas anualmente, com operação 24 horas por dia e com a geração de 300 empregos.

A partir dessa breve abordagem sobre o processo de gênese e do desenvolvimento industrial de Corumbá, a próxima parte irá tratar do processo de industrialização no Brasil, a fim de compreender como esse processo se deu em nível nacional.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Através do desenvolvimento de atividades artesanais de transformação e construção civil foi possível diversificar a produção nacional e continuar a substituição artesanal de importações, ou seja, através da substituição de importações, a pequena produção mercantil nas oficinas de reparos, trabalhadas por “negros de ganho⁴”, aumentou consideravelmente nas cidades brasileiras, surgindo inclusive algumas grandes fábricas de tecidos (Mamigonian, 2000). Essa industrialização iniciada por volta de 1880 continuou a crescer nas fases de expansão do comércio internacional (1896-1921), pois o Brasil reagiu de forma positiva aos estímulos do centro, além de contar,

³ A Votorantim Cimentos é uma das maiores indústrias de cimento, concreto, agregados e argamassas do mundo, com uma receita de R\$ 12.9 bilhões em 2015. Possui unidades em 13 países.

⁴ Tratava-se dos escravizados que realizavam atividades remuneradas, mas entregando a seu senhor uma quota diária do recebido. As principais atividades praticadas por eles eram: carregadores, doceiros, vendedores de rua e pequenos consertos.

desde o final do século XIX, com tarifas direcionadas ao atendimento das necessidades fiscais do Brasil, as quais funcionavam como barreiras protecionistas.

Neste período a dinâmica econômica nacional foi dada a partir da expansão da cafeicultura, da chegada de imigrantes, da fundação de cidades, da construção de ferrovias, etc., nos estados do sudeste e sul do país. Destaque para a continuidade da produção açucareira no Nordeste, bem como de economias regionais no extremo sul do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, dentre outros. Os ramos que mais se desenvolveram até as primeiras décadas do século XX no Brasil foram os de alimentos, têxtil e vestuário. Ainda nas duas primeiras décadas do século XX, São Paulo destacou-se pela aceleração do crescimento industrial e pela multiplicação das iniciativas empresariais, devido a dinâmica e numerosa pequena produção mercantil.

Este processo correspondeu à ascensão de parte dos colonos de café à condição de pequenos proprietários rurais e dos empresários industriais imigrantes (comerciantes de importação, numerosos pequenos capitalistas, etc.) à hegemonia da transição ao capitalismo moderno, paralelamente à decadência da aristocracia tradicional paulista da condição de empresários industriais e grandes proprietários rurais até então dominantes (Mamigonian, 2000, p.43).

Com a grande depressão mundial, assim como pela Segunda Guerra Mundial percebe-se que o capitalismo industrial do centro dinâmico apresenta-se enquanto mercado para produtos de exportação e fonte de importação para o Brasil. Entretanto, novamente a economia, nas condições do longo estancamento do comércio exterior e sem condições para importar, foi induzido pelo Estado a realizar um processo de substituição industrial de importações, a expandir as forças produtivas e suas relações sociais.

A criação de novas indústrias se deu com base na economia nacional preexistente, ou seja, “[...] a produção industrial era ainda uma exceção, muito particularmente no que diz respeito aos bens de produção. Ora, a produção industrial de equipamentos e outros bens de produção estava ainda em um futuro imprevisível” (Rangel, 1991, p.28). Neste sentido, a industrialização iniciada com a substituição de importações das atividades supridoras de bens de consumo não duráveis, evoluiu para a

produção industrial de bens duráveis de consumo, de bens de investimentos e de insumos básicos.

A industrialização manteve o processo de recuperação das economias do centro dinâmico do pós-guerra e conseqüentemente “[...] tanto a produção primária mineral, como a produção agrícola estão assumindo feição francamente industrial” (Rangel, 2005, p. 699). Suzigan (1984) explicita que, o desenvolvimento do setor industrial brasileiro teve início de forma simples através do café para exportação, passando por um período de rápida industrialização através da substituição de importações entre as décadas de 1930 e 1950, até alcançar o setor industrial integrado das décadas de 1970 e 1980. O novo pacto de poder criado em 1930 acelerou o processo de substituição de importações:

1) usando seletivamente os recursos cambiais, como já se sublinhou, 2) retirando as barreiras fiscais internas entre as unidades estaduais, 3) financiando a produção por intermédio do Banco do Brasil, colocado a sob a direção dos industriais, como na ampliação das empresas Klabin (papel), Pignatari (cobre) etc., 4) instituindo reservas de mercado, como no exemplo do carvão, obrigando o uso obrigatório de 10% (1931) e depois de 20% (1937) do produto nacional sobre o total consumido por cada usuário brasileiro, etc (Mamigonian, 2000, p.45).

Na década de 1930 a redução da economia de exportação deu origem a políticas que favoreciam a renda nominal, aumentando a proteção ao mercado interno, tanto pela mudança dos preços relativos quanto pela imposição de controles quantitativos das importações. Com isso a produção para o mercado interno (industrialização por substituição de importações e produção agrícola) tornou-se o cerne do desenvolvimento, com crescimento do setor industrial de 11,2% anuais entre 1933 e 1939 (Villela; Suzigan, 1973, p.211).

O desdobramento dessas ações seguiu no sentido de superar o modelo primário exportador vigente. Intensificava-se a ampliação da taxa de acumulação através do aprofundamento da divisão social do trabalho com predominância urbana, ao mesmo tempo em que se redefinia a hegemonia no pacto de poder através da emergência burguês-industrial, mesmo que de forma incipiente.

As políticas elaboradas nesse período foram voltadas para o fortalecimento do mercado interno por meio de uma aceleração do processo de substituição industrial de

importações, através da adoção de duas medidas principais: a sustentação dos preços dos produtos primários e a elevação dos preços dos produtos importados. Deste modo, verifica-se neste período o início do processo de diversificação da industrialização brasileira e o aprofundamento da divisão territorial do trabalho.

Com a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma desaceleração do crescimento da economia brasileira. Isso deve-se a dependência externa do país em relação a necessidade de bens de capital, cuja produção interna ainda era incipiente. Contudo, as exportações brasileiras aumentaram neste período, não apenas de café, mas de produtos minerais e manufaturados, especialmente da indústria têxtil. Na década seguinte à Guerra, o crescimento real do produto interno era de 7,3% ao ano, contra 4,9% ao ano entre 1940-45 (Ferreira, 2005).

Nesse período foram realizados importantes investimentos governamentais em infraestrutura e indústrias de base, a exemplo da construção da Usina de Volta Redonda em 1941, da fundação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e investimentos na Amazônia através da promoção da borracha. De modo geral, no decênio pós Segunda Guerra Mundial ocorreu uma forte expansão industrial com o fortalecimento de indústrias leves de consumo e com o início da instalação de indústrias de bens de consumo mais complexas, como a de eletrodomésticos.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), ocorreu sequência do desenvolvimento brasileiro. Nesse momento, o processo de substituição de importações concentrou-se especialmente na produção de bens duráveis. Ocorreu a implantação de setores industriais tecnologicamente avançados, como os setores de material de transporte, eletroeletrônica e mecânica, os quais foram responsáveis pelo crescimento dinâmico a partir de 1967. Importante considerar que o governo de JK apoiou-se nas concepções desenvolvimentistas de Vargas, contudo apresentando um plano de desenvolvimento que contava com a participação do capital internacional.

No governo militar, a partir de 1964, foi implantado um programa de intervenção política e econômica centralizador, de caráter estabilizador, ao mesmo tempo em que efetuava reformas estruturais tributárias e de créditos. Destaque para o período de 1968/1973, conhecido como milagre brasileiro, momento de crescimento

econômico e redução das taxas de inflação. A produção industrial em 1967 obteve crescimento de 3,2%, saltando para 15,2% em 1968 e atingindo em 1973, 16,2% de crescimento (Rangel, 2005, p. 712).

Na medida em que ocorria esse processo de crescimento econômico no país, onde o Estado incentivava novos e contínuos investimentos no setor agrícola e industrial, buscava-se cada vez mais recursos externos no intuito de desenvolver também os outros setores como, por exemplo, o setor energético. É no contexto do milagre econômico que o governo volta-se para a produção de energia elétrica, recuperando antigos projetos e realizando acordos internacionais para a concretização de novos. Foi no II PND, impulsionado pela primeira crise do petróleo, que ocorreu de forma mais explícita a preocupação do governo em relação à produção de energia.

Nesse período surgem os grandes projetos de investimentos hidrelétricos – Tucuruí e Itaipu, que estavam relacionados com a política de substituição de bens de capital e ao desenvolvimento de empresas. No entanto, com a política econômica recessiva do início da década de 1980, a indústria de transformação reduziu seu ritmo de crescimento, dando início a um período de estagnação no país. A década de 1980 apresentou mudanças significativas de ordem econômica, política, social, demográfica; o PIB do país teve crescimento pífio neste período, permanecendo nos níveis iniciais da década, já considerada perdida. A contração da atividade econômica impediu a continuidade do período de crescimento e o processo de desenvolvimento econômico do Brasil, de acordo com Dantas e Jabbour (2016, p.35):

[...] seguiu os parâmetros cíclicos de seus congêneres do centro dinâmico, numa trajetória lógica de ganhos de musculatura nas indústrias de tipo nascente, seguidas das cadeias supridoras de equipamento e material de construção, implantação de cadeias em indústria mecânica pesada e comunicação entre os setores de bens de produção e de consumo ocorrendo pelo elo da indústria química; desembocando em grandes plantas industriais de bens de consumo duráveis. Um processo de industrialização assentada no binômio Departamento 1 de tipo artesanal/Departamento 2 à implantação, no final da década de 1970 do Departamento 1 Novo (indústria mecânica pesada).

As relações de troca do Brasil com demais países, que haviam alcançado seu ponto máximo em 1977, passam a cair. Atrelado a isto, os preços das exportações de

commodities caíram 26% de 1980 a 1982 (Pelaez, 1986). O autor salienta que o problema não se encontrava apenas no petróleo, pois excluindo este produto, as exportações brasileiras caíram 31% no mesmo período.

Para Bresser Pereira (1990), a crise enfrentada pelo país durante a década de 1980 foi a crise mais grave da história de seu desenvolvimento capitalista, visto que a economia não havia parado de crescer desde a década de 1940, com o desenvolvimento da cultura do café. A década de 1980 iniciou-se com maior endividamento externo, avanço do capital multinacional no país, maior desigualdade social, com destaque para a piora na distribuição de renda e concentração da propriedade rural, além do descontrole da inflação e da queda de investimentos.

Desta forma, a redução dos investimentos das estatais alcançou os segmentos de insumos básicos, como a mineração, metalurgia e química e os de infraestrutura, como os transportes, energia e comunicação, ocasionando a deterioração dos serviços ligados a infraestrutura e a geração de estrangulamentos potenciais em indústrias de insumos.

Na segunda metade de 1980 foram tomadas medidas em busca da estabilização monetária, tais como o fim da indexação (política de ajuste de salários e contratos de acordo com a inflação) e o congelamento dos preços. Além disso, o governo suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa até que fosse realizado um acordo de reescalonamento com os credores. Estas medidas, no entanto, não foram suficientes.

A abertura econômica iniciada no governo Collor ocasionou fortes impactos sobre a lógica de formação de preços na economia, tanto em relação a capacidade dos empresários em repassar os aumentos de custo para os preços quanto no poder dos sindicatos em suas pretensões salariais. Nesta discussão Ferreira (2005) nos mostram que, entre 1988 e 1997 as exportações brasileiras passaram de U\$ 33,8 bilhões para U\$ 53 bilhões, enquanto as importações, no mesmo período, quadruplicaram, alcançando U\$ 61,3 bilhões, com crescimento médio de 15,4% ao ano. Essa mudança no padrão de crescimento conduziu a uma inversão no sinal do saldo da balança comercial, aumentando a dependência ao capital estrangeiro⁵.

⁵ Este panorama se explica através da eliminação da proibição de importações, com corte da reserva de mercado em informática e demais setores, da remoção de incentivos as exportações e da redução de tarifas realizadas no governo Collor.

A essência desta profunda mudança foi a associação da abertura comercial com o programa de desregulamentação, o de privatização e a abertura do setor financeiro. O programa de privatização lançado pelo governo Collor envolvia especialmente empresas do setor petroquímico e siderúrgico. As privatizações tiveram início no final de 1991, com a privatização de cinco estatais. Apesar da busca em alcançar as metas de um programa de ajuste liberal através de cortes de gastos públicos, diminuição do Estado, aumento de receitas, desregulamentação da economia e outros elementos impostos pelo Consenso de Washington, o enfraquecimento político de seu governo impossibilitou a rápida implantação do programa de liberalização. Contudo, com o governo Itamar Franco, o Programa Nacional de Desestatização foi retomado.

Após as crises mexicana (1994), asiática (1997) e russa (1998), o governo brasileiro buscou seguir seu programa de abertura e estabilização, mas para isso teve que aumentar ainda mais a taxa de juros, no intuito de conter a demanda nacional, que pressionava as transações correntes para não permitir a fuga de capital externo, necessário para o financiamento de pagamentos e para a contenção da inflação. O governo, após negociação com o FMI, realizou uma maxidesvalorização cambial, em virtude da grande perda de reservas internacionais.

A eleição de Lula, e anteriormente de Hugo Chávez na Venezuela, mostravam o início de uma reversão dos modelos econômicos dominantes na América Latina, motivado, entre outros aspectos, pelo fato de que o almejado equilíbrio fiscal e as políticas baseadas no Consenso de Washington haviam colaborado para uma crise econômica, social e política em diversos países. Trata-se de um período marcante para a economia brasileira, pois foi fortemente atingida do ponto de vista da redução do ritmo de crescimento e estagnação, impedindo a continuidade do desenvolvimento econômico iniciado na década de 1930.

A política econômica a partir do governo Lula possibilitou que o Brasil se tornasse um país mais estável e menos desigual. Isso porque foram as decisões tomadas neste governo que recuperaram a estabilidade macroeconômica após o ataque especulativo de 2002, além de possibilitar que os ganhos de renda, advindos do cenário internacional

favorável, pudessem ser transferidos para grande parte da população brasileira através de crescimento assentado na expansão do mercado interno até 2008 (Barbosa, 2013).

Em relação a melhora do desempenho interno da economia, cabe apontar que as exportações brasileiras praticamente dobraram em três anos, passando de U\$ 60 bilhões em 2002 para U\$ 118 bilhões em 2005, enquanto as importações subiram de U\$ 47 bilhões para U\$ 74 bilhões. O cenário internacional também colaborou, devido a aceleração do crescimento mundial, motivado especialmente pela China.

A crise internacional impactou no Brasil através da contração repentina e substancial da oferta de crédito, uma insegurança acerca da solvência de alguns grupos exportadores. Com o acirramento da crise e com a diminuição de crédito, os bancos nacionais reagiram com uma contração da sua oferta interna de crédito. Além disso, no período de grande apreciação do real (2007 e primeiro semestre de 2008), muitas empresas brasileiras utilizaram o acesso a receitas em moeda estrangeira para montar operações especulativas de aposta na apreciação do real.

Na perspectiva da crise internacional, o governo criou uma política de combate aos efeitos da crise, composto por cinco grupos de medidas: o aumento da liquidez e redução da taxa Selic, a manutenção da rede de proteção social e dos programas de investimentos públicos, as desonerações tributárias temporárias e permanentes, o aumento da oferta de crédito através dos bancos públicos e o aumento do investimento público em habitação (Barbosa, 2013). Depois da absorção inicial das perdas patrimoniais criadas pela crise de 2008, a alta liquidez produzida pelos bancos centrais dos Estados Unidos, Japão e Europa na economia mundial, gerou um ambiente favorável para o aumento no preço das *commodities*, especialmente em virtude da recuperação da demanda chinesa por insumos básicos.

Em 2010 o Brasil já apresentava um acentuado crescimento no PIB (7,5%), contudo, esse processo exigia o combate à inflação, redução dos juros, enfrentamento da valorização cambial e a elevação da taxa de investimento. Importante destacar que, os resultados macroeconômicos dos dois mandatos do governo Lula foram superiores aos do governo anterior. Neste sentido Teixeira e Pinto (2005) apontam que entre 2003 e 2010, o país viveu o maior ciclo de crescimento das últimas três décadas, o PIB cresceu

4,1% ao ano e as contas externas da economia brasileira apresentaram resultados positivos no que diz respeito aos superávits do balanço de pagamentos.

O governo Dilma iniciou o ano de 2011 dando seguimento às ações restritivas iniciadas durante o governo Lula. Em relação a questão monetária, o Banco Central retomou a elevação da taxa Selic; sobre a questão fiscal, o governo realizou um grande contingenciamento de seus gastos, aumentando seu resultado primário no decorrer de 2011. “A estratégia dessas duas medidas foi combater a inflação e promover um ‘pouso suave’ (soft landing) da economia brasileira para um ritmo de crescimento entre 4% e 5% ao ano” (Gentili; Oliveira, 2013, p. 86). Os dois primeiros anos do governo foram marcados por um conjunto de reformas na atuação do Estado e no funcionamento da economia. O governo buscou alavancar políticas destinadas a reforma de órgãos governamentais através do estímulo a formação de coalizões.

Os desdobramentos da crise afetam até hoje a economia brasileira e neste sentido, destaque para a retração do comércio, para a diminuição do crédito e para a saída de capitais, acarretando a desvalorização da moeda. Apesar do crescimento a taxas elevadas no final do governo Lula, um conjunto de problemas surgiram:

[...] deterioração das contas externas, valorização da moeda, taxas de juros elevadas, perda de terreno do setor industrial, reprimarização das exportações, gargalos importantes na infraestrutura, perda de competitividade no setor industrial e taxa de investimento insuficiente para sustentar o crescimento (Corsi, 2015, p. 95).

O baixo nível dos investimentos é o principal motivo para as dificuldades no crescimento da economia brasileira (Corsi, 2015). O crescimento fundado na ampliação do consumo não consegue manter a expansão da economia a taxas elevadas, visto que, o endividamento da população apresenta limites, atrelado ao desequilíbrio das contas externas. A próxima parte deste trabalho irá discutir a indústria da mineração em Corumbá.

A MINERAÇÃO EM CORUMBÁ

A produção de minério de ferro e manganês encontra-se concentrada em poucas áreas de exploração no Brasil, sendo o estado de Mato Grosso do Sul o terceiro em destaque. Em Mato Grosso do Sul, essas áreas encontram-se especificamente nos municípios de Corumbá e Ladário, nas proximidades da fronteira com a Bolívia, e fazem parte das formações da Serra do Rabicho, Morro Grande, Serra de Santa Cruz, Morro de Tromba dos Macacos, Serra do Jacadigo e Morro do Urucum (Lamoso, 2011).

As primeiras concessões para a extração ocorreram no final do século XIX e início do XX, entretanto não tiveram êxito. Foi a partir de 1906 que empresas estrangeiras chegam a Corumbá, com destaque para a *Compagnie d'Urucum*, empresa belga responsável por trazer profissionais especializados, provenientes de São Paulo, Portugal, Espanha e Itália. A falta de condições favoráveis para a expansão da atividade foi acirrada pela concorrência do minério de ferro que vinha sendo extraído no estado de Minas Gerais. A localização favorável, juntamente com a organização de atendimento dessas empresas mineiras, impossibilitou o destaque de Corumbá neste segmento. Importante salientar que, em 1918, com a diminuição da demanda através do término da Guerra, a *Compagnie d' Urucum* retirou-se de Corumbá (Brito, 2011).

Como mencionado anteriormente, houve um curto período de extração mineral em Corumbá no entre guerras, no entanto, sem grandes movimentações. Em 1972 foi criada a Companhia Matogrossense de Mineração para administrar os recursos minerais do estado do Mato Grosso. Dois anos depois foi criada a Urucum Mineração S.A, em parceria com a Vale do Rio Doce (governo federal). No período entre 1976 e 1994 a Vale do Rio Doce possuía 46,66% das ações da Urucum Mineração, cujo controle era compartilhado em proporção igual com o governo estadual, sendo apenas 6,68% de participação da iniciativa privada, por meio da CONVAP, que explorava a área da Serra do Jacadigo⁶ (Costa, 2014).

Na década de 1990 duas empresas exploravam minério de ferro e manganês em Corumbá e Ladário, a Vale do Rio Doce através da Urucum Mineração e a Rio Tinto Zinc,

⁶ Entre novembro de 1994 e março de 1995, o governo federal, através da Vale, incorporou as ações dos governos estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mantendo o percentual da iniciativa privada, e a partir daí passou a controlar 100% das ações da Urucum Mineração S.A.

que adquiriu a Mineração Corumbaense Reunida⁷. Neste contexto deve-se frisar que no início da década de 1970, com a criação da Companhia Siderúrgica Mato grossense, foi proposta a instalação de um polo siderúrgico em Corumbá. Todavia, as empresas encontraram dificuldades no sentido da indisponibilidade de estoques de madeira para os fornos, além da infraestrutura de transporte.

A partir de 2000, com o panorama favorável da economia mundial, especialmente da China, Rússia, Índia e Brasil, a produção brasileira de minério de ferro cresceu consideravelmente. Nesta conjuntura se deu a abertura da economia chinesa ao mercado mundial e conseqüentemente, a aceleração das importações de bens minerais⁸. Diante desta demanda, a decisão pela instalação do polo siderúrgico foi tomada. “Em alinhamento político e com favorável conjuntura econômica, tanto o Governo Federal quanto o Estadual se propuseram realizar investimentos em infraestrutura, como malha ferroviária, portos e rodovias, chamando a atenção de várias empresas que se aproximaram de Corumbá” (Brito, 2011, p.10). Apesar de elementos favoráveis a construção deste empreendimento, questões como energia e estrangulamentos em infraestruturas de transporte inibiram a realização do mesmo⁹.

Até 2008 estavam instaladas nestes municípios as seguintes empresas de exploração de minério de ferro:

[...] Corumbá Mineração (COMIN), do Grupo Vetorial; a Urucum Mineração SA. (UMSA), da Vale do Rio Doce (VALE); Mineração Corumbaense Reunida (MCR), pertencente à multinacional Rio Tinto do Brasil (RTB); Mineração e Metálicos do Brasil Ltda. (MMX), do Grupo EBX; Mineração Pirâmide Participações (MPP) (Lima, 2008, p.11).

⁷ “A Mineração Corumbaense Reunida foi adquirida em 1991 pela empresa EFX Investimentos e Participações Ltda, subsidiária do grupo TVX de propriedade do empresário Eike Fuhskem Batista. O grupo, de capital nacional, adquiriu a Mineração Corumbaense em associação com a empresa Rio Tinto Brasil, uma subsidiária da empresa britânica Rio Tinto (uma das maiores mineradoras do mundo)” (Lamoso, 2010, p.07).

⁸ A industrialização e modernização da China promoveram um ciclo de expansão da indústria extrativista mineral brasileira, pois mesmo sendo a maior produtora mundial de minério de ferro e aço, também é a maior compradora do minério de ferro do Brasil.

⁹ A MCR tinha pretensão de produzir em Corumbá, numa primeira etapa, 900.000t/ano de ferro gusa, utilizando o carvão mineral e minério de ferro fino como fonte de combustível. Na segunda etapa, a empresa produziria 4,0 Mt/ano, utilizando inicialmente o gás natural da Bolívia na redução direta e, também, a usina integrada à redução direta. Contudo, o projeto foi alterado e passou a incorporar reatores de fusão-redução Hismelt, à base de carvão mineral (MCR, 2007). Por ser a maior produtora, pretendia um aumento da quantidade explorada em mais de sete vezes, representando um salto de 3 mt/ano atual para 22,4 mt/ano em 2020.

Entretanto, com a crise de 2008/2009 ocorreram alterações. A Rio Tinto do Brasil vendeu suas operações no Mato Grosso do Sul para a Vale e a MMX vendeu seu mais importante investimento – a MMX metálicos, para o Grupo Vetorial, mantendo apenas a mina. A partir de 2009 a Vale, já privatizada, detém 90% da produção mineral de Corumbá.

Com relação à produção de manganês, a Sobramil produziu em 1992, 34.585 toneladas, caindo para 24.000 em 1993 e encerrando 1994 com 6.000 toneladas. Desde então a empresa não participa mais da produção. O mesmo ocorre com a Mineração Mato Grosso, que reduziu de 137.533 toneladas em 1992 para 4.635 em 1995, último ano de sua produção. A MCR deixou de lavrar manganês em 1994 para concentrar-se na exploração exclusiva de minério de ferro, com isso a empresa controlada pela Vale do Rio Doce, tornou-se a única empresa a explorar o manganês no estado. Em 2015 a produção nacional foi de 2,8 milhões de toneladas, deste montante, 14,6% diz respeito a produção do Mato Grosso do Sul (DNPM, 2016). Em média, 90% da produção de manganês é consumida pelo mercado interno, especialmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, o restante é exportado para a Venezuela e Argentina.

Em relação a produção brasileira de minério de ferro, em 2014 foram 386,3 milhões de toneladas, sendo que deste montante, apenas 2% diz respeito ao minério de ferro do Mato Grosso do Sul. Neste mesmo ano, a quantidade exportada de minério de ferro foi de 329,6 milhões de toneladas, ou seja, 85,23% da produção do país foi destinada para exportação. Já em 2015, a produção brasileira de minério de ferro foi de 411,8 milhões de toneladas. A produção do Mato Grosso do Sul, neste contexto, foi de apenas 1,2%.

Nesta discussão é fundamental apontar os postos de trabalhos gerados a partir desta atividade. De acordo com Lamoso (2012), em 2000 eram 377 empregos diretos e 494 indiretos. Dados mais atuais mostram que ocorreu um acréscimo de trabalhadores na área, visto que o número de empregos gerados na exploração do minério de ferro em Corumbá em 2008 foi de 1.253, sendo 709 empregos diretos e 544 empregos indiretos. Na extração do manganês, neste mesmo ano, foram 459 empregos diretos e 354 indiretos, totalizando 813 empregos (DNPM, 2013,2014).

Na perspectiva produtiva da mineração, autores como Lamoso (2001, 2012), Brito (2011), Costa (2012) e Silva (2010) concordam no sentido das dificuldades encontradas em relação ao transporte do minério produzido em Corumbá. De acordo com Lamoso (2012), o estrangulamento do transporte é um elemento crítico, visto que atinge a competitividade da matéria prima. O preço do frete é a questão principal neste processo, pois para que o minério de ferro ou manganês de Corumbá consiga competir por mercados e expandir seus contratos é fundamental que o frete seja o fator diferencial.

Com destino ao mercado interno, por terra, as empresas questionavam a falta de condições da Estrada de Ferro Novoeste para transporte de baixo custo regular. Durante a década de 1980 o trecho Corumbá-Bauru/SP era deficiente em manutenção, sendo ainda o trecho Bauru-Santos pertencente as Ferrovias Paulistas S/A. Com a transferência para a administração privada a partir de 1996, a Novoeste continuou apresentando deficiências operacionais e poucos investimentos foram realizados.

Atualmente, os produtos com destino ao mercado interno são transportados por caminhões até o terminal ferroviário da Novoeste, seguindo para Bauru/SP, para na sequência, irem para a usina siderúrgica de Cubatão/SP. Os produtos destinados ao mercado externo, por sua vez, são transportados até o Porto Sobramil, seguindo em comboios pelas hidrovias Paraguai-Paraná até o Paraguai, Argentina¹⁰ e Uruguai. Em 2008 ocorreu uma diversificação em relação aos países compradores, com destaque para a Arábia Saudita e China (Silva, 2010).

A produção, se beneficiada, teria maior poder de alcance de mercado, pois arcaria com os custos de transporte, os mais onerosos para as empresas. A localização do Mato Grosso do Sul também é fator de desvantagem em relação aos demais estados produtores (Minas Gerais e Pará), que estão mais próximos do mercado europeu, asiático e norte-americano (Brito, 2011, p.12).

O aumento da circulação de caminhões nesta área fez com que o número de estabelecimentos ligados ao setor também crescesse. Grande parte são filiais de empresas do centro sul do país, especialmente do oeste do Paraná, ou seja, empresas

¹⁰ O minério produzido em Corumbá é transportado em barcaças através da hidrovia do rio Paraguai, de onde segue para o porto de San Nicolas, na Argentina.

com experiência no transporte e na logística da Estação Aduaneira de Foz do Iguaçu. No modal ferroviário tem a Ferrovia Noroeste, que liga Bauru /SP a Corumbá e Ladário. Silva (2012) mostra que, o movimento de minério de ferro é estimado entre 10 a 14 mil toneladas por mês. Além disso, a ferrovia transporta o minério de ferro bruto das minas da Serra do Urucum para o Terminal de Gregório Curvo, no rio Paraguai, de onde é feito o transbordo para as barcaças, que seguem o transporte pela hidrovía.

Ladário conta com o porto da Granel Química, administrado pela empresa norueguesa *Odfjell Terminals*. O porto exporta minério de ferro, grãos e líquidos, com uma taxa média de embarque de 12 mil toneladas/dia. Em relação aos portos privados, em Corumbá existem os portos utilizados pela Vale, especificamente os portos da Sobramil e da Mineração Corumbaense. Através desses, a empresa realiza o escoamento de minério de ferro e de manganês, com uma taxa média de embarque de 10 mil toneladas/dia¹¹. De acordo com entrevista realizada com representante da ANTAC, trabalham nesses portos, uma média de 5.000 pessoas.

Para melhor compreender a dinâmica portuária de Corumbá e Ladário, a tabela 02 apresenta os dados referentes a quantidade de produtos exportados. Em ambos os municípios, os produtos de maior destaque são o minério de ferro e o manganês, especificamente, verifica-se que os maiores compradores do minério de ferro de Corumbá e Ladário são a Argentina e o Paraguai¹². Em 2011 ocorreu a exportação de 2.757.282 toneladas de minério de ferro de Corumbá com destino a Argentina, aumentando para 3.778.175 toneladas no ano seguinte.

Após sofrer uma diminuição de 32,56% em 2014, fechou o ano de 2015 com 3.447.342 toneladas exportadas. Para o Paraguai, a quantidade exportada de Corumbá foi menor em relação a Argentina, ja que, em 2011 foram 72.190 toneladas, caindo para 53.258 toneladas em 2012 e recuperando em 2015, quando foram contabilizadas 75.145 toneladas. Em Ladário, os portos exportaram minério de ferro apenas para a Argentina, com 1.006.750 toneladas em 2011, aumentando gradativamente a quantidade, e

¹¹ A Vale possui uma frota composta por 166 barcaças.

¹² O acesso pela hidrovía Paraguai-Paraná possibilita que, o minério atenda a demanda de quase todas as siderúrgicas localizadas ao longo da hidrovía. As principais cidades atendidas são: Santa Fé, San Nicolás e Rosário, na Argentina e Concepción, no Paraguai.

praticamente alcançando a quantidade exportada por Corumbá, pois em 2015 foram contabilizadas 3.128.769 toneladas de minério de ferro exportadas.

Tabela 1: Transporte de cargas (t) por grupo de mercadoria e rota na hidrovia do Rio Paraguai:2011/2015

Grupo de mercadorias e rotas	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Minério de ferro	3.836.222	5.322.721	4.273.494	5.591.742	6.687.503	25.711.682
Corumbá – Argentina	2.757.282	3.778.175	2.548.640	3.321.388	3.447.342	15.852.827
Ladário-Argentina	1.006.750	1.483.690	1.686.195	2.142.265	3.128.769	9.447.669
Corumbá – Paraguai	72.190	53.258	--	24.786	75.145	225.379
Outras rotas	0	7.598	38.659	103.303	36.247	185.807
Manganês	26.099	76.574	12.545	338.973	419.510	873.701
Ladário – Argentina	--	--	--	255.937	416.950	672.887
Corumbá – Argentina	18.537	76.374	12.545	83.036	--	190.492
Outras rotas	7.562	200	0	0	2.560	10.322
Outros grupos de mercadorias	30.164	78.597	75.161	28.691	40.992	253.604
Total	3.892.485	5.477.892	4.361.200	5.959.406	7.148.005	26.838.987

Fonte: ANTAQ (2016).

Em relação ao manganês, os destinos são os mesmos: Argentina e Paraguai, contudo a quantidade é bastante inferior. Em 2011 foi exportado de Corumbá um total de 18.537 toneladas, com destino a Argentina, sendo que, em 2012 o montante exportado cresceu mais de quatro vezes, com o registro de 76.374 toneladas. Nos anos seguintes essa dinâmica manteve-se, pois de 12.545 toneladas exportadas em 2013, aumentou para 83.036 toneladas em 2014 e em 2015 não houve registro de exportação de manganês para a Argentina.

De Ladário foram exportadas 255.937 toneladas, mas apenas a partir de 2014, e no ano seguinte foram exportadas 416.950 toneladas, quase o dobro da quantidade exportada em 2013. Estes dados evidenciam que, embora ocorra a exportação e a utilização dos portos para o escoamento de grãos e outros produtos, é o minério de ferro, seguido do manganês, que constituem os principais produtos de exportação.

São várias as empresas que realizam o transporte fluvial na hidrovia, mas apenas três encontram-se registradas na ANTAQ: *Hidronave South American Logistics S.A*, *Naveriver Navegação Fluvial Ltda* e *Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A*. As maiores empresas da área possuem sede na Europa e Estados Unidos e navegam com bandeiras argentinas ou paraguaias, em função da legislação mais flexível e do aproveitamento do princípio da livre navegação nos rios da Bacia do Prata (Zugaib, 2006).

No que diz respeito a hidrovia é importante considerar que o ritmo natural do rio está fortemente ligado ao clima, a conformação física e a topografia. A dificuldade encontra-se no processo de inserção do minério de ferro de Corumbá nos mercados, visto o impasse entre a capacidade do rio, no que diz respeito a profundidade, período de seca, quantidade de produção e barcaças. A maior limitação encontra-se na impossibilidade de intervir no canal, pois o Ibama não concede licença, permitindo unicamente processos de dragagens e desobstrução do leito do rio.

Arelado a isso tem a questão da insuficiência de madeira legal para a alimentação dos altos fornos de ferro gusa. Lamoso (2012), nesta discussão acrescenta que a questão ambiental é uma questão de destaque, pois quanto maior a valorização do minério no mercado, mais intensa é a extração no município. Importante frisar que esta questão está fortemente ligada a não implantação do polo siderúrgico de Corumbá. Várias ações judiciais apresentaram as debilidades das empresas, visto os impactos negativos provocados sobre o meio ambiente.

No que diz respeito a exploração de minérios da Morraria de Mutúm¹³, no município de Puerto Suárez, município fronteiriço boliviano, não há nenhuma empresa realizando tais atividades, visto os impasses em relação as exigências do país para a realização da mesma. Em 2006 a MMX realizou um projeto de exploração e construção de um forno de processamento de ferro gusa, entretanto, o mesmo não foi embargado, pois não foram cumpridas as leis ambientais. Em 2007 o governo federal assinou contrato com a empresa indiana Jindal Steel e Power, com previsão de investimentos na

¹³ Trata-se de uma das maiores jazidas de minério de ferro do mundo, com uma média de 40.205 milhões de toneladas.

ordem de US\$ 2,1 bilhões, construção de fornos e de uma termoelétrica. O contrato foi revisto e igualmente não teve prosseguimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora Corumbá tenha na pecuária uma importante atividade econômica, o minério de ferro é seu principal produto. Ao analisar a cadeia produtiva do minério de ferro e também do manganês, verificou-se que o município acompanhou todo o processo de industrialização ocorrido no âmbito nacional, com crescimento e desenvolvimento, especialmente a partir da década de 2000.

Foi neste período também que se deu o crescimento significativo das redes de transporte e da mão de obra envolvida, com a chegada, inclusive, de empresas especializadas de outros estados. Por outro lado, esse crescimento e esta dinâmica industrial causou uma série de problemas, desvendando inclusive, problemáticas já existentes, a exemplo da precária infraestrutura rodoferroviária.

Nesta perspectiva, fica nítida a necessidade de investimentos neste segmento. Trata-se de uma atividade que insere o município no mercado internacional, ou seja, a mineração conta com entraves e desafios a serem vencidos para um possível crescimento e desenvolvimento da atividade.

Por outro lado, as questões ambientais, aqui também motivadas por se tratar de uma área do pantanal, acabam restringindo os investimentos no setor, onde as dificuldades são múltiplas, desde a ausência de uma infraestrutura capaz de suprir as necessidades de logística e transporte do minério de ferro, bem como das leis ambientais que impossibilitam que a atividade ocorra de uma forma mais rápida e eficiente. São elementos que tornam esta área menos apta a receber investimentos e que dificultam aqueles que já se encontram instalados nesta área de fronteira.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, N. **A inflexão do governo Lula**: política econômica, crescimento e distribuição de renda (2010). In: Brasil entre o passado e o futuro. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2013.

BRAZIL, M. C. Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso. IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, **Anais...** Porto Alegre, 2000.

BRAZIL, M. C. Sobre os campos de vacaria do sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão [1830-1889]. In: MAESTRI, M e BRAZIL, M. C. **Peões, vaqueiros, cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Editora Passo Fundo, 2009.

BRESSER – PEREIRA, L, C. Da crise fiscal à redução da dívida. In :VELOSO, J, P R, dos (org). **Dívida Externa e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

BRITO, N, M, de. Desenvolvimento econômico e mineração: uma abordagem da atividade em Corumbá, MS. **Entre-Lugar**, ano 2, n. 4, Dourados, 2011.

CARDOSO, E, L, et al. Os solos e aptidão agrícola das terras dos assentamentos rurais no município de Corumbá, MS. Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, **Anais...** Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1995.

COLANTUONO, A, F. **Internacionalização de empresas produtoras de insumos básicos de países em desenvolvimento**: análise das indústrias de aço e de cimento. Dissertação (Mestrado em Economia) 2009, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2009.

CORSI, F, L. A conjuntura e a política econômica no governo Dilma (2011-2014). In: CORSI, F, L; CAMARGO, J, M; SANTOS, A, dos (orgs). **Conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

COSTA, E, A da. Conflito pelas Terras e pelas Águas: Notas das Relações entre Mineradoras e Proprietários Rurais em Corumbá. **GEOgraphia**, v. 15, n. 30, Rio de Janeiro, 2014.

DANTAS, A, JABBOUR, E. Transformações regressivas e a presente transição brasileira em Ignacio Rangel. **Geosul**, v.31, n.61, Florianópolis, 2016.

FERREIRA, A. Estado e economia no Brasil: 1930-1964. Fundamentos da construção de um capitalismo urbano-industrial periférico. **Revista de Ciências Sociais**, v. 36, n. 1, Fortaleza, 2005.

GARCIA, D, S, da C. **Mato Grosso (1850-1889)**: uma província na fronteira do Império. Dissertação (Mestrado em História Econômica), 2001, Unicamp, Campinas, 2001.

GENTILI, P; OLIVEIRA, D, A. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil . In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

LAMOSO, L, P. **A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado em Geografia) 2001, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LAMOSO, L, P. Dinâmicas produtivas da economia de exportação no Mato Grosso do Sul-Brasil. **Revista Mercator**, v. 10, n. 21, Fortaleza, 2011.

LIMA, L, M. **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do polo minero-industrial de Corumbá.** Rio de Janeiro: LIMA/COPPE/UFRJ, 2008.

MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos geográficos**, n. 2, p. 7, Florianópolis, 2000.

OLIVEIRA, T. C. M. **Uma fronteira para o pôr-do-sol:** um estudo geoeconômico sobre uma região de fronteira. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

PELÁEZ, C, M. **O cruzado e o austral:** análise das reformas monetárias do Brasil e da Argentina. São Paulo: Editora Atlas, 1986.

PERES, R, G. **Mulheres na fronteira:** a migração de bolivianas para Corumbá/MS. Tese (Doutorado em Geografia) 2009. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

QUEIROZ, P, R, C. Uma esquina nos confins do Brasil: o Sul do Mato Grosso Colonial e suas vias de comunicação (projetos e realidades). **Fronteiras**, v.11, n.19, Dourados, 2009.

RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, v.1, n.4, São Paulo, out/dez 1981.

RANGEL, I. **Obras reunidas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SANTOS JUNIOR, A, O. **O espaço turístico na fronteira do Brasil (Corumbá – MS) com a Bolívia.** Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) 2010, UFMS, Corumbá, 2010.

SILVA, L, P, B da. Cadeias produtivas em zona de fronteira: Corumbá (MS) e Puerto Suarez (BOL). In: XVI encontro Nacional dos Geógrafos, **Anais...** Porto Alegre, 2010.

_____, L, P, B da. **A Geografia das cidades gêmeas de Corumbá (Brasil) e Porto Suarez (Bolívia):** interações espaciais na zona de fronteira Brasil-Bolívia. Dissertação (Mestrado em Geografia) 2012, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SUZIGAN, W. Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil da década de 30. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 1, São Paulo, 1984.

TEIXEIRA, R, A; PINTO, E, C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, Campinas, 2015.

VILLELA, A, V; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945**, IPEA, INPES, Rio de Janeiro, 1973.

ZUGAIB, E. **A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia Sul americana do Brasil**. Brasília: Funag, 2006.

Recebido: 14/02/2024 Aceito: 14/12/2024

Editor Geral: Dr. Eliseu Pereira de Brito